



Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR

## UMA ABORDAGEM SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR, PRONAF E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO SUDOESTE DO PARANÁ NA DÉCADA DE 1970.

ANDRÉIA SAVOLDI<sup>1</sup>  
LUIZ ALEXANDRE CUNHA<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo esclarecer a conceituação e o histórico da Agricultura Familiar sob a ótica de vários estudiosos sobre o assunto. Em seguida, fizemos um apanhado geral sobre as políticas públicas sobre o programa do PRONAF que concede suporte ao incentivo e permanência das famílias que se caracterizam pela Agricultura Familiar. E para finalizar foi realizada uma abordagem sobre a Modernização da Agricultura no Sudoeste do Paraná, na década de 1970, relatando assim todo o processo de êxodo rural, políticas públicas, incentivo ao consumo de maquinários e insumos que ocorreram durante todo o processo da modernização agrícola.

**Palavras-chave:** Políticas públicas, agricultura familiar, modernização agrícola.

## AM APPROACH ABOUT FAMILY AGRICULTURE, PRONAF AND THE MODERNIZATION OF AGRICULTURE IN THE SOUTHWEST OF PARANÁ IN THE 70 S.

**Abstract:** This work aim to clarify the conception and the history family Agriculture from the viewpoint of several scholars about the subject. And afterwards we did a general overview about the public politics in relation to PRONAF Program, which provides support to the incentives families staying are characterized by the Family Agriculture. And finally was carried out an approach about the modernization of Agriculture in the southwest of Paraná, in the 70s, reporting the process of rural exodus, public politics, incentive the consumption of machineries and inputs the occurred during the whole process of agricultural modernization.

**KeyWords:** Public politics, family agriculture, agricultural modernization.

### A AGRICULTURA FAMILIAR COMO CONCEITO

A agricultura familiar não é entendida como trabalho familiar. O que a distingue da maioria das formas sociais de produção como familiar é o papel preponderante da família como estrutura fundamental de organização da reprodução social, através

---

<sup>1</sup> Pós-Graduada em Ciências Sociais com ênfase em História, Geografia e Meio Ambiente pela Faculdade de Educação de Ciências e Letras de Paranaíba. Mestranda pela UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa - em Gestão do Território. E-mail: andréia.savoldi@bol.com.br

<sup>2</sup> Professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG – no mestrado em Gestão do Território.

da formulação de estratégias (conceitos ou não) familiares e individuais que remetem diretamente à transmissão do patrimônio material e cultural.

A forma de exploração agrícola familiar pressupõe uma unidade de produção onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família.

O caráter familiar de produção não pode ser reduzido à utilização do trabalho familiar. O recurso à contradição do trabalho assalariado externo e o assalariamento de membros da unidade familiar fora do estabelecimento não são suficientes para afirmarmos a decomposição do caráter familiar da unidade de produção. A total separação entre família e unidade de produção ocorreria quando as contradições entre o individual e o coletivo resultassem na preponderância do primeiro com o segundo, ou seja, quando fosse rompido o comprometimento do indivíduo com os interesses da propriedade e da exploração econômica que nela se realiza levando a fragmentação da propriedade e extinção dos laços valorativos (valor familiar) os quais identificam a família à propriedade, quando a terra passaria a ter valor somente como mercadoria.

Em termos conceituais, para ser mantido o caráter familiar da produção exige-se a presença, de ao menos um membro da família, que combine as atividades de administrador da produção com a de trabalhador:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas. (ABRAMOVAY, 1997, p.3)

O trabalho extra-agrícola executado por um ou vários membros da unidade familiar pode desempenhar diferentes funções de acordo com a lógica da dinâmica de reprodução social da unidade familiar. A renda dele obtida tanto pode servir como complemento que reforça e garante a reprodução da exploração agrícola como pode indicar uma estratégia de segunda opção da atividade agrícola na reprodução social.

A compreensão da situação da unidade de produção familiar não pode ficar restrita à dinâmica de produtividade e da competitividade. O significado dos próprios fatores econômicos pode ser dado por outras esferas do social já que a produção não ocorre em um vazio social, nem se resume a uma atividade isolada.

Podemos seguir com tais categorias sobre a Agricultura Familiar:

- Família Agrícola de Caráter Empresarial, ou o chamado “verdadeiro agricultor”, cuja lógica de reprodução social é determinada pela realização de uma produção orientada para o mercado, obedecendo a satisfação de índices de rentabilidade e de produtividade crescentes: caracteriza-se por uma conjunção de fatores econômicos, técnicos a uma situação patrimonial e social favorável à rentabilização da exploração.

- Na família Camponesa, a lógica da atividade agrícola não é dada em termos de prioridade pela busca da taxa de produtividade e de rentabilidade crescentes, mas pelo esforço de manter a família em determinadas condições culturais e sociais, isto é a manutenção da propriedade familiar e da exploração agrícola. A família é um valor que se impõe à produção embora seja indissociável da propriedade e da exploração agrícola.

- A Família Agrícola Urbana não se orienta prioritariamente pelos padrões produtivistas, mas também se distingue da “família camponesa” apesar de resgatar alguns de seus valores e de expressar um forte vínculo com uma localidade particular. Esse modelo de família rural repousa sobre um sistema de valores próprios que orienta a produção agrícola, não em função do lucro e da produtividade crescentes, mas para a melhoria da qualidade de vida, sem deixar de considerar a realidade do mercado e obviamente a capacidade de retorno com termos de rendimento.

A definição conceitual de agricultura familiar não determina limites máximos de área para as propriedades. Na prática, é o nível de desenvolvimento tecnológico e os sistemas de produção adotados que limitam a extensão da área que pode ser explorada com base no trabalho familiar. Os agricultores familiares não se diferenciam apenas em relação à disponibilidade de recursos e à capacitação de geração de renda e riqueza, diferencia-se em relação às potencialidades e restrições associadas tanto à disponibilidade de recursos e a capacidade de geração de renda

e riqueza, diferenciam-se também em relação às potencialidades e restrições associadas tanto à disponibilidade de recursos e de capacitação (aprendizado adquirido quanto à inversão ambiental e socioeconômico que podem variar radicalmente entre grupos de produtores). Segundo Lamarche (1994, p.19):

Os agricultores organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função destes dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que tem para o futuro. Suas chances de atingir o modelo ideal, ou simplesmente de se aproximar dele, dependerão da complementaridade de seu projeto junto ao que a sociedade elaborou para eles.

O universo diferenciado de agricultores familiares é composto por grupos com interesses particulares e estratégias próprias de sobrevivência e de produção que reagem de maneira diferenciada a desafios, oportunidades e restrições semelhantes e que, portanto, demandam tratamento compatível com as diferenças.

Não podemos dizer que os agricultores familiares são grupos homogêneos com perfil de produção estável. Uma análise histórica da trajetória dos agricultores familiares evidencia tanto a reprodução como a desintegração da condição de agricultura familiar.

É comum caracterizar a agricultura familiar como um setor atrasado, do ponto de vista econômico, tecnológico e social, voltado para a produção de produtos alimentares básicos e com uma lógica de produção de subsistência. Essa imagem estereotipada de agricultura familiar parece estar longe de corresponder à realidade. Segundo Lamarche (1993, p.24):

A exploração familiar deve ser analisada em seu conjunto, ou seja: tendo em conta diversas entidades que a estruturam. Compreender seu funcionamento significa colocar em evidência as diferentes lógicas em função da qual o agricultor determina suas escolhas fundamentais. Estas lógicas se definem em relação a um determinado número de sistemas.

O universo da agricultura familiar no Brasil é extremamente heterogêneo e inclui desde famílias muito pobres as quais detém, em caráter precário, um pedaço

de terra que dificilmente pode servir de base para uma unidade de produção sustentável, até famílias com dotação de recursos, terra, capacitação, organização, conhecimento. Dessa forma, para que a utilização da categoria de agricultura familiar seja útil e desejável para fins de política, é preciso assumir, em profundidade, as conseqüências da reconhecida diferenciação dos agricultores familiares e tratá-los como de fato o são: diferentes entre si, não redutíveis a uma única categoria simplesmente por utilizarem predominantemente o trabalho familiar.

Segundo Abramovay (1992, p.19):

A agricultura familiar não é um fenômeno tão generalizado que não pode ser explicada pela herança histórica camponesa, de fato, em alguns casos existentes, na verdade, o Estado foi determinante na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário das nações centrais. Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa.

No Brasil, os agricultores familiares são de fato pequenos agricultores, representando o tamanho das propriedades, uma das mais fortes restrições para o crescimento sustentável da agricultura familiar. Um número significativo de estabelecimentos familiares são minifúndios que não oferecem condições apropriadas para a sobrevivência da família.

Segundo José de Souza Martins (2001), a Agricultura Familiar é uma instituição de reprodução da família, cujo núcleo está na relação direta com a terra e com a produção agrícola. Os que fazem objeção ao uso da concepção de agricultura familiar tem suas imprecisões. De qualquer modo, a suposição de uma população do campo confinada nos limites do rural vem sendo questionada nas ciências sociais, no Brasil, há mais de meio século, primeiramente pelos antropólogos. Uso a concepção de agricultura familiar no seu sentido histórico e antropológico, como unidade dessa reprodução social da família, regulada por valores de tradição familiar. Além disso, nela, as estratégias de reprodução não se limitam a reproduzir, isto é, subsistir e permanecer. Elas também dão conta das novas necessidades e dos novos desafios que são continuamente gerados pelas transformações econômicas e sociais.

A agricultura familiar tem seu marco na situação onde a família se insere. A redução da economia familiar à sua dimensão econômica deixa de lado o caráter auxiliar da economia em relação à estrutura social e aos valores da organização patriarcal da família rural, mesmo quando se expande e dissemina da cidade.

Ainda, segundo José de Souza Martins (2001), essa estrutura e esses valores tem funções sociais que visam a integração rápida dessas populações residuais no ritmo e nas relações próprias das novas estruturas de referência que a cada momento se propõem em consequência do desenvolvimento econômico. A agricultura familiar, além da produção agrícola propriamente dita, inclui as retribuições rituais dos filhos e netos em relação aos pais e avós e dos pais e avós em relação a filhos e netos. Isso quer dizer que doações periódicas e remessas econômicas oriundas de ganhos obtidos em outros setores da economia.

A agricultura familiar, ao longo do processo histórico, sempre manteve um lugar no contexto do desenvolvimento econômico dos países por ser supridora de alimentos básicos para o mercado interno.

No Brasil, a agricultura familiar, praticada nas pequenas propriedades surgiu à margem da grande propriedade e nunca teve uma política em seu benefício. A partir da década de 1990, ocorreram de forma significativa mudanças econômicas, sociais e políticas no espaço mundial. No contexto do espaço agrário brasileiro, o reflexo dessas mudanças pode ser constatado no âmbito da agricultura familiar que conquista um lugar importante neste cenário de transformações.

### **O processo histórico da agricultura familiar no Brasil**

Para compreender o papel da agricultura familiar no contexto do desenvolvimento brasileiro é importante fazer uma breve retrospectiva sobre sua inserção na economia nacional, a partir do século XIX, quando surgiu de fato, para abastecer os centros urbanos em expansão.

Ao analisar o significado da pequena propriedade (ou pequena exploração), Guimarães (1981) mostra que ela começou a surgir no Brasil após uma série de lutas entre senhores de terras e trabalhadores libertos, moradores agregados,

intrusos ou posseiros que determinam por aceitar a trabalhar na piores terras e por fundar nas proximidades dos latifúndios ou distante deles, alguns cultivos de subsistência, casas de farinha, engenhocas e produção de aguardentes, isto ocorreu até que o sistema escravista começou a desagregar-se e, com ele, o monopólio latifundiário da terra.

Podemos perceber assim que o que se verifica é que a pequena propriedade ou pequena produção foi se constituindo lentamente nos arredores do latifúndio ou até mesmo distante dele. A partir do século XIX, desencadeou-se a crise na cafeicultura, a principal atividade econômica do país naquele momento. A alternativa encontrada pelos proprietários foi o retalhamento da propriedade, que beneficiou os antigos imigrantes, significou a própria reafirmação das condições em que se processou o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, na medida em que se recolocou a importância da terra como meio de produção fundamental. O parcelamento gerou o desaparecimento de uma pequena propriedade diferente dos núcleos oficiais de colonização (GRAZIANO DA SILVA, 1978).

Esse parcelamento das terras ocorreu paralelamente ao crescimento dos núcleos urbanos, especialmente Rio de Janeiro, São Paulo, Santos e Campinas para atender as funções comerciais ligados ao café.

A questão alimentar desses centros, que já vinha se manifestando desde o período colonial, apareceu nesse momento, com mais intensidade. Era preciso produzir para alimentar o contingente populacional que se instalava nas cidades. A pequena propriedade foi responsável por esse abastecimento, utilizando basicamente a mão de obra familiar.

O processo de modernização da agricultura, iniciado de forma mais acentuada nos anos de 1970, desencadeou grandes transformações, sobretudo, econômicas e sociais no espaço rural brasileiro. Essas transformações refletiram de forma negativa no comportamento da agricultura familiar que traz, desde sua institucionalização, algumas “precariedades”, conforme mostra Brumer (1993), a precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e produção (especialmente da terra), caráter rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção, pobreza da população engajada nas atividades agropecuárias, constatadas na grande mobilidade espacial e dependência diante da grande propriedade. É

importante destacar que essas precariedades não interferiram no crescimento e fortalecimento social da agricultura familiar. O que se observa é que elas tenham sobrevivido e cumprido a sua função social.

As mudanças ocorridas da economia, a partir da década de 1990, e a globalização dos mercados foram dois fatores que influenciaram de modo significativo o espaço mundial. É nesse momento também que se redescobre a agricultura familiar. No final do século XX, a agricultura familiar passou a ocupar espaços mais variados, da mídia à agenda política nacional, e suas demandas são disputadas por diferentes entidades de representação. (PINHEIRO, 1999).

Na esfera governamental, a agricultura familiar foi incluída como propriedade na segunda metade da década de 1990, quando foi lançado o PLANAF (Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em agosto de 1995. Inicialmente era apenas uma linha de crédito para custeio. Depois essa linha de crédito, seguindo as reivindicações da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), culminou na criação do PRONAF (Programa Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar) em 1996.

O objetivo foi promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural, constituído pelos agricultores familiares para propiciar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda. (SOUZA, 1999).

Essa conquista para a agricultura familiar é parte das legítimas reivindicações dos trabalhadores rurais para melhorar suas condições de produção. Assim, após várias décadas, a agricultura familiar passou a ter lugar de destaque no contexto da agricultura brasileira.

Podemos dizer que a ascensão da agricultura familiar pode-se afirmar que está relacionada às transformações constatadas no espaço face à integração campo-cidade que é cada vez maior. Diante desse quadro de mudanças, emerge a discussão sobre o “novo” mundo rural (GRAZIANO DA SILVA, 1998). O “novo” ator social é o agricultor que combina as atividades agrícolas e não-agrícolas na ocupação de seus membros.

## PRONAF

Durante o processo de modernização da agricultura brasileira, as políticas públicas para a área rural, em especial à agrícola, privilegiaram os setores mais capitalizados e a esfera produtiva do *commodities* voltada ao mercado internacional, com o objetivo de fazer frente aos desequilíbrios da balança comercial do país. Para o setor da produção familiar, os resultados dessas políticas foram altamente negativos, uma vez que grande parte desse segmento ficou à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, sobretudo, nos campos do crédito rural, dos preços mínimos e do seguro da produção.

Esse cenário começou a mudar recentemente com a instituição de políticas agrícolas diferenciadas para os diversos tipos de produtores rurais. Por exemplo, com a criação do PRONAF atendeu-se a uma antiga reivindicação dos trabalhadores rurais que colocava a necessidade da formulação e implementação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o segmento numericamente mais importante, porém o mais fragilizado da agricultura brasileira, tanto em termos de capacidade técnica como de inserção nos mercados agropecuários.

Neste sentido, é preciso destacar que o movimento sindical, através de suas organizações e de suas lutas dos últimos períodos, desempenhou um papel decisivo na implantação desse programa, o qual também favoreceu o atendimento de uma outra bandeira histórica dos trabalhadores rurais: o acesso, por parte dos agricultores familiares, aos diversos serviços ofertados pelo sistema financeiro nacional.

Embora ainda bastante incipiente, o PRONAF vem se transformando rapidamente em uma alternativa concreta para amplos segmentos da produção familiar brasileira.

De um modo geral, pode-se dizer que até o início da década de 1990 não existia nenhum tipo de política especial para o segmento da agricultura familiar, sendo esta atividade, inclusive, uma definição conceitual bastante imprecisa, uma vez que a mesma era tratada de distintas formas (pequena produção, produção familiar, produção de subsistência, etc.).

Na década de 1990, entretanto, dois fatores foram decisivos para mudar o curso da história. Por um lado, havia as reivindicações dos trabalhos rurais, que começaram a ter voz já na Constituição de 1988 e ganharam destaque nas famosas “Jornadas Nacionais de Luta” da primeira metade da década de 1990, ocuparam definitivamente a agenda pública para o meio rural. Por outro, os estudos realizados conjuntamente pelo FAO e INCRA definiram com maior precisão conceitual a agricultura familiar e, mais ainda, estabeleceram um conjunto de diretrizes que deveriam nortear a formulação de políticas para esse segmento específico. Sabe-se que esse estudo serviu de base para as primeiras formulações do PRONAF.

Porém, institucionalmente houve uma série de modificações até que o Programa atingisse o formato atual. Cronologicamente, nota-se que esse processo de mudanças na política agrícola teve início a partir de 1994, quando o Governo Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAF) e tinha como objetivo destinar um volume de crédito com taxas de juros mais acessíveis aos agricultores familiares.

Os valores médios dos contratos variam muito entre as Grandes Regiões e mais fortemente entre as Unidades da Federação. De alguma forma, essas variações refletem os diferentes sistemas de produção e os distintos tipos de produtos incentivados pelo PRONAF em cada um dos estados.

Essa modalidade começou a vigorar a partir de 1997, com o objetivo de melhorar as condições gerais dos municípios e viabilizar a permanência dos agricultores nas atividades produtivas.

A sua sistemática é bastante distinta da modalidade anterior, uma vez que a participação nesse programa requer o envolvimento das comunidades. Esse envolvimento poderá ocorrer da seguinte maneira: integrando o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), participando da elaboração dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDR) e da elaboração dos Planos de Trabalho (PT) de cada município.

Após algumas instabilidades no período inicial, típicas de uma nova forma de articulação da política, o PRONAF está conformando um novo campo de coalizão de setores públicos e privados, tendo por objetivo o tratamento ideal às necessidades da agricultura familiar.

As intervenções do programa nas áreas de crédito, de infra-estrutura e de capacitação possibilitam uma retomada concreta dos programas de desenvolvimento rural com base na agricultura familiar, segmento este majoritário dentro do sistema agrícola brasileiro.

Para isso, deve-se destacar como um dos aspectos fundamentais para essa nova fase da política pública a questão da institucionalidade. Ao longo dos últimos anos foram sendo criadas instâncias de representação e de decisão, desde o âmbito municipal até o federal, colocando uma possibilidade concreta de gestão social para além das fronteiras da ação específica dos órgãos estatais. Com isso, abrem-se espaços para a sociedade civil intervir concretamente na formulação, implementação e avaliação da política destinada ao fortalecimento da agricultura familiar.

No entanto, este é um caminho que apresenta muitas dificuldades, devido a enorme quantidade de obstáculos que ainda precisam ser vencidos. Neste sentido, gostaríamos de destacar alguns destes obstáculos, os quais acabam se transformando em limitações práticas do próprio programa.

Em primeiro lugar, sobressaem os limites financeiros desse tipo de política. Apesar do volante de recursos ter apresentado uma tendência de crescimento, ele ainda está longe de atender as reais necessidades dos agricultores familiares, tendo em vista o processo de exclusão a que esse setor foi submetido durante a modernização da agricultura brasileira. Aliado a este fato, ainda persiste a tradicional disponibilidade entre a época ideal da liberação dos recursos e a sua disponibilidade efetiva, o que acaba afetando negativamente os indicadores de desempenho do setor da produção familiar. Decorrente desse processo abre-se a possibilidade para distorções que levam a concentração dos recursos em algumas regiões e/ou produto, como foi visto em uma das seções anteriores.

No longo prazo isso poderá comprometer, inclusive, a continuidade do programa, caso os recursos dessa fonte não sejam destinados para seu verdadeiro fim. Neste caso, deve-se chamar a atenção para a enorme redução da participação dos recursos da exigibilidade bancária nesse tipo de programa, o que revela uma falta de discernimento do sistema financeiro em relação à importância da agricultura familiar para a sociedade brasileira.

Finalmente, deve-se ressaltar que a operacionalidade do programa ainda sofre de vícios tradicionais da burocracia dos órgãos públicos que impedem a legitimação desse processo junto à sociedade civil, ao concentrar excessivamente o poder decisório, uma vez que as instâncias que estão sendo criadas não conseguem ganhar vida própria e serem sujeitos do processo de descentralização das políticas públicas.

O debate atual sobre a noção de agricultura familiar foi intensificado devido a um fato político: a opção do governo de eleger essa forma de produção agrícola como protagonista do desenvolvimento rural, baseando-se em análises que atribuem à agricultura familiar condições mais favoráveis de competitividade quando comparada à agricultura patronal no que se refere aos rendimentos físicos obtidos e mesmo à capacidade de empregar mão de obra (VEIGA & FAO INCRA, 1994).

Sendo assim, a agricultura familiar ganha um caráter de agricultores em transição, ou seja, aqueles que apresentariam potencialidades de serem transformados em empresas familiares viáveis, através da incorporação de tecnologia e de uma racionalidade econômica voltadas para as demandas do mercado. Com base nisso cabe definir o tipo de agricultor familiar que será beneficiado pelas limitadas verbas públicas, por isso devemos ter claro os objetivos dessa política.

O PRONAF surge como uma proposta política de melhores condições materiais e subjetivas de superar as condições de dificuldades que o agricultor familiar encontra para integrar-se ao mercado e poder criar condições de subsistência de permanecer no campo:

Pode-se afirmar que os mercados poderiam ser considerados competitivos entre os produtores agrícolas. Mas se considerarmos que do outro lado do mercado estão grandes capitais na esfera financeira, na esfera dos insumos industriais para o setor agrícola e na esfera da agroindústria, por exemplo, esses mercados certamente não poderão ser considerados competitivos. (Moreira, 1997)

Um dos pontos a serem destacados é a escolha errada dos municípios a serem beneficiados pelo PRONAF (ABRAMOVAY & VEIGA, 1998).

A seleção de municípios com maior índice de pobreza rural teria impedido que se atingisse a camada de agricultores mais preparada para desenvolver uma agricultura competitiva, resultando no insucesso da política. Na interpretação desses autores, no lugar de relacionar os bancos, além da capacidade de desenvolver uma produção com base em critérios de eficiência definidos pela competitividade, acabou-se, por imposições de ordem política, relacionando-se os mais pobres, os que teriam sido, em parte, a causa do desvio dos objetivos desejados.

Podemos dizer que ao centrar a atuação do PRONAF no estímulo à competitividade, o governo estaria não apenas excluindo um grande contingente de produtores classificados como inviáveis economicamente ou inadequados em termos de infra-estrutura disponível, como estaria também correndo o risco de desperdiçar recursos.

### **UMA ABORDAGEM SOB A MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA AGRICULTURA PARANAENSE NA DÉCADA DE 1970**

Na década de 1970, as alterações nas bases produtivas foram expressivas mudando radicalmente o movimento que marcou a trajetória da população rural nas três décadas anteriores. Na metade dos anos 60 com a erradicação dos cafezais a população se desloca em direção às fronteiras agrícolas do estado, em 70 ocorre a substituição das culturas de subsistência por soja e gado, e conseqüentemente a evasão do meio rural.

A difusão da tecnologia no Paraná e o aprofundamento das diferenças socioeconômicas entre os produtores estão relacionados ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que tem por característica ser excludente em relação a determinados tipos de produtores.

Os principais motivos que levaram o Estado a adotar esse modelo tecnológico, foram à pressão do setor industrial, fortalecido após o processo de industrialização e de internacionalização do capital, e a necessidade de resolver problemas econômicos ligados à geração de divisas para o financiamento do padrão de acumulação após 64.

A partir dos anos 80 o Estado mobiliza uma série de instrumentos de política econômica para estimular o consumo industrial (crédito subsidiado, adubos, venenos, preços mínimos compensadores etc.). Os proprietários se voltam para uma ocupação mais intensiva e mercantil da terra.

Nessa época a aquisição de maquinários foi intensa, a incorporação de tratores e colheitadeiras, aponta a formação de uma categoria de produção familiar que indica um processo de diferenciação social e econômica entre os produtores rurais. Dessa forma as classes no campo passam a apresentar um delineamento mais preciso com a constituição do proletariado e o fortalecimento dos capitalistas.

Para Ignácio Rangel (1962), a mecanização agrícola causou excedentes de mão de obra no campo, que acabaram por ir para a cidade, tornando-se parte integrante do mercado consumista. Com esse excesso de oferta de mão-de-obra, o preço de sua força de trabalho caiu, diminuindo assim o poder do assalariado, que se submete a trabalhar por salários irrisórios, ampliando o desequilíbrio entre trabalhadores e patrões.

Sendo assim, com o avanço tecnológico o trabalho familiar reduz, e o trabalho assalariado aumenta. Um grande número de mulheres e crianças foram pressionados a trabalhar fora da sua unidade produtiva pela necessidade de uma renda monetária. Surgem assim, os trabalhos temporários, procurando contratar pessoas somente em épocas de plantio, tratos culturais e colheitas.

O capitalismo na agricultura aparece sob a forma de implementos agrícolas e também na atribuição de valor na propriedade rural, levando em consideração sua capacidade produtiva.

A forma capitalista agrícola não faz com que sobre trabalhadores rurais apenas, mas também expulsa do campo os pequenos proprietários que não conseguem produzir neste modelo agrário, por não disporem de recursos para a modernização e também por sua propriedade não compensar os investimentos necessários em virtude de sua pequena área. Sendo assim dentro do capitalismo, a propriedade é geradora de capital, tendo valor pré-determinado pelo mercado. A terra que falta para os trabalhadores tirarem o seu sustento, sobra na mão de obra dos latifundiários, ou seja, a falta de terra só existe para quem não dispõe de recursos para comprá-la ou mantê-la.

Segundo Caio Prado Junior (1996), a problemática agrária não se limita ao latifúndio e, sim, está direcionada com as relações indignas de trabalho, para a produção capitalista. O desenvolvimento agrícola pode acontecer e acontece de forma maximizada nas grandes propriedades, mas não deveria induzir as condições de semi-escravidão existentes no meio rural. Para o desenvolvimento acontecer de fato, seria necessário eliminar todos os sinais do sistema escravista do passado.

Retornando à questão paranaense, a modernização agrícola teve grande influência nos movimentos migratórios no estado do Paraná, uma vez que contribuiu significativamente para sua redistribuição populacional, conforme coloca Moro (1998, p.32):

Todo processo dinâmico de modernização da economia paranaense, desencadeado a partir dos anos 70, nele incluído a modernização da agricultura, o desenvolvimento da agro industrialização e o desenvolvimento dos setores industriais modernos, não vinculados ao setor agropecuário, concorreu para modificar o quadro espacial da distribuição da população estadual, seu crescimento e sua situação rural-urbana.

Segundo Abramovay (1981, p. 69), quando se fala sobre as diferenças econômicas entre os produtores que aderiram às novas técnicas e àqueles que não tiveram condições para fazê-la a maioria do campesinato não tem condições em função da sua base material de sua produção, de acender as conquistas do progresso técnico da agricultura.

A modernização agrícola, segundo Tomiasi (1995), também se destaca no sentido de marcar a entrada dos pequenos produtores no circuito bancário, uma vez que se baseava no aumento da produtividade, com a utilização de maquinário, insumos e técnicas, que muitos agricultores só poderiam adquirir através de financiamentos.

O grande problema dessa questão é que a maioria dos produtores não conseguia quitar suas dívidas, o que ocasionava a venda das suas propriedades a quem tivesse condições de ampliar suas terras e investir na produção agrícola.

Segundo Almeida (1990, p.15) “A modernização se processou através de um conjunto de instrumentos que, sem alterar as bases fundiárias e até mesmo

agravando a concentração da posse da terra passa a viabilizar a produção em larga escala de produtos modernos agrícolas para exportação”.

O uso dos tratores pode ser considerado como um dos indicadores para retratar o processo de modernização da agricultura no estado do Paraná, pois para Graziano Neto (1982, p. 28)

O trator seja o melhor indicador do padrão técnico de uma agricultura. Isso, porque tal máquina viabiliza a utilização de vários implementos (arados, grades, pulverizadores, entre outras), além de que a mecanização impulsiona ou provoca a utilização de grande parte da tecnologia moderna.

### **O início da modernização da agricultura no sudoeste do Paraná**

O período de modernização da agricultura do sudoeste do estado do Paraná teve seu início nos anos compreendidos entre 1960/62 e resultou da confluência de vários fatores, tais como:

- Criação da CANGO (Colônia Agrícola General Osório) pelo Presidente Getúlio Vargas em 1943 e que impulsionou o desenvolvimento da região, tanto na fase final do período de ocupação, e na fase inicial do período seguinte da modernização.

- O final da Revolta de 1957, ou Revolta dos Posseiros, ocorrido em 1962, pelo comprometimento dos Governos Estadual e Federal no encaminhamento das soluções.

- A declaração da Gleba Missões e parte da Gleba Chopim como de utilidade Pública, em 1961, pelo então Presidente Jânio Quadros e a conseqüente titulação das terras pelo GETSOP (criado em 1962 por João Goulart), dando ao antigo “posseiro” a condição de proprietário, com acesso ao crédito rural, que visava capacitar à propriedade (destoca, calagem, aquisição de maquinário...) ao exercício da agricultura moderna, característica da fase que se iniciava.

- A implantação do projeto de modernização do País (Brasília foi fundada em 1961) e da agricultura (modernização induzida) a nível nacional, colocando crédito barato e abundante à disposição dos interessados, trazendo no seu bojo o incêndio

às culturas de exportação representadas na região especialmente pela soja e o milho.

- O incentivo ao cooperativismo, embutido no projeto de modernização do País que, pelo apoio recebido, conseguiu quebrar estruturas arcaicas como a dos bodegueiros. Estes pela falta de recursos, valor das margens cobradas e falta de objetivos e estratégias não alavancariam projetos tão amplos para o desenvolvimento da região.

A CANGO era um órgão público Federal e os lotes de terra eram distribuídos gratuitamente, justificando o enorme crescimento populacional ocorrido entre 1946 e 1956 e que foi de 504% (LAZIER, 1986):

[...] A região rica, a terra fértil e gratuita e as obras realizadas pela CANGO, atraíam pessoas de toda a parte. Era a marcha para o Sudoeste. A CANGO construiu estradas e pontes, para facilitar a locomoção das pessoas e da produção. A CANGO construiu uma serraria, inicialmente em Santana e depois em Santa Rosa, para serrar madeira para a construção de casas aos colonos. A CANGO construiu o primeiro hospital e instalou a primeira farmácia, levando para a região o primeiro médico [...]. o primeiro farmacêutico e o primeiro dentista. Construiu a primeira selaria, marcenaria, olaria, cerâmica, ferraria e oficina mecânica, par atender os primeiros habitantes. Construiu a primeira escola, inaugurada em 03 de maio de 1948, e contratou a primeira professora [...] A CANGO realizou um eficiente trabalho de povoamento e colonização, construindo obras de infra-estrutura, dinamizando a vida social e cultural da comunidade, dando impulso para o grande progresso que o sudoeste possui hoje (LAZIER, 1986)

Até sua extinção em 1974, o GETSOP mediu, demarcou e dividiu em lotes, 350 glebas, 8 patrimônios e 30 povoados, totalizando 545 249,64 hectares. Dos lotes medidos, 22,11% possuíam menos de 5 ha (LAZIER,1986). Ainda segundo o mesmo autor:

[...] em convênio com a ACARPA (EMATER/PR) e CIBRAZEM, revendeu a preço de custo, aos agricultores, sementes selecionados de soja, milho, feijão, trigo e hortaliças, além de adubos e inseticidas. Realizou inclusive trabalhos junto aos agricultores, incentivando-os ao cooperativismo e à mecanização agrícola. Também a participação decisiva na melhoria do escoamento da produção, tendo assinado convênio com diversos órgãos, para construir e melhorar 1 800 km

de estradas, mais de 80 pontes e pontilhões e inúmeros bueiros (LAZIER, 1986).

A transformação de cerca de 50.000 posseiros em proprietários foi um marco para a modernização capitalista do sudoeste que em 1960 detinha 55,77% dos posseiros do Estado, número que em 1970 foi reduzido para 7,1%. Já o número de proprietários da região passou de 6.342 em 1960 para 41.374 em 1970. O número de tratores cresceu 679%, tendo passado de 80 em 1960 para 2.960 em 1965.

O volume de financiamento aos agricultores aumentou de 2.186% entre 1970 e 1975 (LAZIER, 1986).

A produção de soja aumentou 410% entre 1970 e 1975; o milho 49%; e o feijão 17%.

A somatória destes fatores criou as condições mínimas para a capitalização dos agricultores devido a grande valorização dos grãos, especialmente de soja. Dispondo de mais recursos, parte dos agricultores passou a reformar/construir residências, comprar terras e máquinas mais caras tais como: colheitadeiras (para colher a sua produção e a de terceiros), consolidar atividades como a suinocultura (pela maior disponibilidade de milho), etc.

Nesta fase de início de modernização da agricultura, surgiram questionamentos relativos às práticas mecânicas de conservação de solos que, por mais de 20 anos de construção de terraços de base estreita, média e larga, do plantio em nível aliado ou não a outras práticas, não conseguiram debelar a erosão, com efeitos paralisantes sobre a elevação da produtividade das culturas que recebiam doses crescentes de adubos. Técnicos e produtores estavam abertos para a implementação de práticas que resolvessem o problema, quando surgiu o Programa de Manejo e Conservação de solos, propondo que o planejamento da conservação de solos fosse elaborado por microbacias hidrográficas. Do ponto de vista das práticas mecânicas, os três tipos de terraços anteriormente citados foram substituídos pelo "Murundum", enquanto que, pelo melhor uso dos resíduos culturais, plantas de cobertura do solo, etc., se implantavam as práticas de manejo propriamente ditas, preparando a implantação do plantio direto.

Ainda na década de 1960, a ASSESOAR (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural) iniciou um trabalho orientado para o manejo e conservação dos solos, já bastante desgastados pelo uso intensivo com a agricultura. Foram introduzidas práticas da adubação verde com o objetivo de proteger, melhorar e manter a fertilidade dos solos e controlar as plantas invasoras das lavouras. Neste sentido, muitos agricultores, que já não utilizavam agrotóxicos e adubos químicos, tiveram a possibilidade de melhorar a produtividade das lavouras pela incorporação das práticas na época denominadas de “alternativas”.

No início da década de 1970 ocorreu a diferenciação do colono, especialmente nos seus extremos, gerando o tipo Colono fraco, sendo atingidos por esse processo:

- Aqueles que tardiamente se aperceberam das mudanças, retardando a busca do crédito, que era o instrumento de competitividade; ou,
- Buscaram o crédito em tempo hábil, mas não dispunham de terras suficientes ou terras de qualidade adequada para obterem boas respostas à aplicação dos insumos modernos;
- Que por índole, ou por outras circunstâncias, não quiseram correr riscos.

Outros permaneceram na condição intermediária de Colonos em capitalização, pontos de partida de quase totalidade dos colonos da região; e, finalmente, outro grupo, já melhor capitalizado e estruturado na fase inicial do período, talvez em função da suinocultura de ciclo completo, já praticado desde 1950 nas áreas de colonização mais antiga da região, aproveitou-se da disponibilidade de crédito, ocupou as melhores áreas de terra e se diferenciou para cima, via produtividade das culturas e suinoculturas, constituindo os colonos fortes e principalmente os granjeiros.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Podemos concluir que a região do Sudoeste do Paraná é marcada pela presença da Agricultura Familiar e pelo próprio histórico da ocupação de suas terras pelos posseiros. Ou seja, os imigrantes alemães e italianos que vieram do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina em busca de novas terras possibilitaram

pequenas parcelas de terras as pessoas que ali conseguiram fixar moradia produzindo o que era necessário para a sua subsistência. Mais tarde, com a modernização da agricultura no estado do Paraná, na década de 1970, essas famílias conseguem se manter na propriedade sem que o latifúndio ganhasse força e predominasse em toda a região. Essa permanência só ocorreu devido a resistência dos agricultores em aderir as novas tecnologias, as ofertas dos financiamentos bancários, as máquinas e aos produtos agrícolas que a mídia acima de tudo insistia em inserir na vida do pequeno agricultor, o qual passou a diversificar as culturas de sua propriedade e agregar valor a sua produção através de pequenas agroindústrias.

Nos tempos atuais, o que podemos ressaltar é que as políticas públicas, a exemplo do PRONAF, incentivam cada vez mais os pequenos agricultores a investir e acreditar no potencial de suas propriedades, a fim de permanecerem no campo e, conseqüentemente, gerarem uma reprodução social e econômica através da agricultura familiar.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. "Uma nova extensão para a agricultura familiar". In: Seminário Nacional De Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, Anais, 1997, p. 29 (Texto para discussão)

\_\_\_\_\_, Ricardo. **Transformações na Vida Camponesa: o Sudoeste Paranaense**, São Paulo: USP, 1981.

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da. **Análise diagnóstica da inserção do PRONAF na política agrícola (Relatório Final)**, Convênio, PEA/FIPE, 1998.

ALMEIDA, Moacir, J.C.P. **O desenvolvimento da atividade agrícola e o meio ambiente no Brasil**. Reforma Agrária, Campinas, v. 20, nº 1/3, p.13-22, abr/dez, 1990.

BRUMER, A. "A exploração familiar no Brasil". In: LAMARCHE, H. (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Trad. de Maria Naoko Tijuva. Campinas UNICAMP, 1993, p.179-234, (coleção repertórios).

FAO-IN CRA, **Diretrizes de políticas agrárias e desenvolvimento sustentável**. Versão resumida final do projeto UTF-BRA/ 36. Brasília, 1994.

GRAZIANO, J. da Silva. “Antecedentes históricos”. In: **Estrutura Agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978. p. 31-32.

GRAZIANO NETO, José. **Questão Agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GUIMARÃES, A. P. As classes perigosas no Brasil. In: **As classes perigosas: banditismo urbano e rural**. Rio de Janeiro: Graal, 1991. p. 123-146

LAMARCHE, H. “A agricultura familiar: uma realidade multiforme”. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. A análise da empresa familiar agrícola ou industrial. In: Association des Ruralistes Français. *Lê monde Rural et lês Sciences Sociales: omission ou fascination*. Tradução de Auro Luiz da Silva. Paris, 1994 a. XIX. Colóquio da Association des Ruralistes Français.

LAZIER, H. Análise Histórica da Posse da Terra do Sudoeste Paranaense. Curitiba. SECE/BPP, 1986, 194 p.

MARTINS, José de Souza. **Ímpares sociais e políticos em relação à reforma agrária e a agricultura familiar no Brasil**. Santiago Chile, 2001

MORO, Dalton Áureo. “A modernização da Agricultura Paranaense”. In: VILLALOBOS, Jorge Guerra. **Geografia social e agricultura no Paraná**. UEM, Maringá: 2001. p. 91 . 124.

PINHEIRO, D. “A agricultura familiar e suas organizações, o caso das associações de produtores”. In: TEDESCO, J.C. (org.) **A agricultura familiar, realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPP, 1999. p. 329 . 355.

PRADO JR, C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

RANGEL, Ignácio. **A questão agrária brasileira**. Recife: CDEP, 1962.

SOUZA, M. M. O. **Programas de crédito rural orientado e o desenvolvimento da agricultura familiar no meio rural do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**. 1999, 59 f. monografia.

TOMIASI, Eliane. **A questão da propriedade de terra no Brasil**. Revista Formação, n.2, Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1995.

(Recebido em junho/2009. Aceito em novembro/2009)